



NATUREZA E REPRESENTAÇÃO NACIONAL NO BRASIL DOS ANOS 1930

Adalmir Leonidio*

Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”- ESALQ - USP
leonidio@esalq.usp.br

RESUMO: Este ensaio apresenta algumas reflexões sobre um estudo mais amplo sobre o espírito decadentista no Brasil, expresso em algumas obras literárias, na passagem do mundo rural para o urbano, nos anos 1930. Trata-se dos resultados das primeiras leituras de fontes, concentradas nas obras de Júlio Bello, Gilberto Freyre e José Américo de Almeida.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza – Representação – Brasil.

ABSTRACT: This essay presents some reflections on a ampler study on the decadentista spirit in Brazil, express in some literary compositions, the ticket of the agricultural world for the urban one, in years 1930. One is about the results of the first readings of sources, concentrated in the workmanships oh Júlio Bello, Gilberto Freyre and José Américo de Almeida.

KEYWORDS: Nature – Representation – Brazil.

No dealbar da formação nacional brasileira, apesar da insistente pergunta sobre onde estariam afinal as marcas da brasilidade, uma idéia parecia pairar sobre tudo o mais, entre certos intelectuais: existe um Brasil autêntico, profundo, brasileiro. O problema é onde encontrá-lo¹. Para alguns, como Gilberto Freyre e José Américo de Almeida, a cartografia era clara: o país que se queria estava nos recônditos rurais e pitorescos das velhas fazendas. Este ensaio busca refletir sobre alguns escritos destes dois importantes intelectuais dos anos trinta do século passado, a despeito de sua

* Professor doutor do Departamento de Economia e Sociologia – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ – USP.

¹ Outra análise neste sentido foi desenvolvida em LEONIDIO, Adalmir. O sertão e outros lugares: a idéia de nação em Paulo Prado e Manoel Bomfim. In: ZILLY, Berthold. (Org.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

contribuição para a visão da jovem nação brasileira, naquilo que ela parecia ter de mais original, sua formação natural.

A SAGRAÇÃO DA PRIMAVERA

Mas o problema é mais complexo do que de início se pensa. Por trás da imagem tranqüila de um país que se identifica com suas exuberâncias naturais, há conflitos profundos. O fim dos anos vinte e o início dos anos trinta no Brasil representam, em certa medida, um mundo a desmoronar. O mundo dos pesados solos de massapé e terra roxa, que após tantos anos de uso descuidado começava a esboroar-se. No Sudeste, particularmente em São Paulo, o mundo dos ainda gordos barões do café, que se arrastam pesadamente; no Nordeste, o dos magros senhores de engenho de açúcar, a darem seus últimos suspiros. Duas civilizações, um mesmo mundo: num deles, só agora a decadência começava a mostrar-se; noutro, o decadentismo teimoso de lustrosos patriarcas rurais.

Sobre os escombros desse mundo, mas em alguma medida como um prolongamento seu, pois suas raízes, apesar de combalidas, são grossas o suficiente para manter seus rebentos, uma sociedade nova começava a desenhar-se, mais urbana e industrial. E desse embate, entre um inverno teimoso e uma primavera insistente, são várias as manifestações do espírito, às vezes profundamente contraditórias.

E são vários os planos da crise do velho mundo rural e agrícola. Primeiramente econômico. Em função da forma como estava estruturada a economia brasileira, fortemente atrelada às flutuações do mercado internacional, era de se esperar que qualquer abalo no plano externo significasse desestabilização da economia interna. Foi o que aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial e depois com a crise da bolsa de Nova Iorque, em 1929. Sem contar as várias oscilações conjunturais que sempre tinham seus reflexos no país.

Há uma grande polêmica entre os especialistas sobre se estas crises significaram oportunidade ou óbice ao crescimento das cidades e de suas atividades características, o comércio e a indústria. O que é um fato, no entanto, é que, diferentemente da urbanização e industrialização nos países de capitalismo avançado, aqui não houve uma polarização campo-cidade, onde uma burguesia industrial e urbana se fazia impor sobre uma elite rural e agrícola. Os industriais estavam intimamente

ligados aos negócios do café, não sendo capazes de se organizarem em torno de uma produção autônoma e com características e interesses que os opusessem ao setor rural e às classes agrárias tradicionais. O que se via era fazendeiros assumirem muitas vezes uma atitude empresarial, proporcionando melhoramentos em suas fazendas, substituindo o trabalho escravo, aperfeiçoando os métodos de beneficiamento, associando-se com indústrias, investindo em ferrovias e organizando bancos. Daí porque praticamente não houve reação aos esquemas de valorização do café, que tão pesados se faziam a toda a nação.

Mas a crise também era política². Com o fim da escravidão a classe que viu reduzir seu poder foi a dos antigos senhores de engenho nordestinos e a dos fazendeiros de café das áreas decadentes do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba. Desmoronava-se assim o alicerce tradicional da monarquia. Embora a agricultura continuasse sendo o cerne da economia brasileira, esta se tornara mais diversificada e complexa, permitindo que outros setores menos expressivos “disputassem” lugar. Por seu lado, a imigração e a libertação dos escravos fizeram aumentar a população residente nas cidades, que conheceram alguns tímidos melhoramentos. “Novos grupos”, ligados em geral à indústria, pleiteavam proteção do governo. As classes médias - elementos ligados às atividades mercantis, profissionais liberais, administração pública, bancos, etc. - pelo menos aquelas que não se encontravam ligadas às classes rurais tradicionais, reclamavam maior participação. Todos estes elementos faziam crescer a propaganda republicana no país. O ideal republicano, de formas as mais diversas e até contraditórias, era almejado por quase todos no período que se sucede à abolição.

O grupo mais interessado na adoção da forma republicana de governo era, sem dúvida, o das novas elites do café. Havia um profundo desequilíbrio entre o poder econômico sustentado por essas elites e o poder político, ainda sob o domínio das classes rurais tradicionais, que ao longo do século XIX serviram de base à monarquia. O anseio pelo federalismo era a principal razão para a defesa da República por parte destes grupos. Ele significava uma maior autonomia para o poder local e uma maior possibilidade de barganha com o poder central. Esta era a forma encontrada pelas novas elites para controlarem o poder de uma maneira mais eficaz. Dados a desorganização e

² LEONIDIO, Adalmir. **Romantismo, conservadorismo e utopia no Brasil dos anos 20**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). CPDA – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Rio de Janeiro, 1998.

o vazio ideológico do movimento republicano, a República viria através de um golpe militar.

Com isso, o ano de 1889 não significou uma ruptura no processo histórico brasileiro. Permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, bem como grande parte dos costumes, dos valores e das relações tradicionais.

Mesmo aqueles que se viram excluídos do ato que deu origem à República Federativa do Brasil estavam entusiasmados com a possibilidade de participação. A República significaria uma nova era para os operários; eles agora seriam livres, iguais e soberanos. Não menos entusiasmada estava a classe média, então muito cerceada pela patronagem dos grandes proprietários de terras. Segundo estas opiniões, as novas elites do café, associadas a uma mentalidade mais progressista, trariam, juntamente com a República, novo ânimo à vida política. A era dos barões tinha acabado. Todos seriam, então, igualmente cidadãos; e o novo regime se pretendia ancorado na opinião pública, na formação de uma comunidade política. Os “grandes” centros urbanos seriam o palco desse novo momento no processo histórico do Brasil; historicamente a cidade sempre fora o lugar onde se desenvolvera a cidadania, e no Brasil não poderia ser diferente.

Logo se definiria, no entanto, para quem a República havia sido proclamada, criando um estado de choque entre os grupos que participaram do movimento. Grupos minoritários como os industriais, os comerciantes, os profissionais liberais, todos com diferentes interesses, mas que lutaram juntamente pela República, logo se viram na contramão das oligarquias cafeeiras que, assentadas em uma base econômica firme, graças à expansão da produção cafeeira, lutaram por se afirmar no poder. Passado um curto período inicial em que se agitaram diferentes idéias acerca da legitimação do novo regime, tomou corpo aquilo que era a preocupação central dos positivistas e, obviamente, das oligarquias vitoriosas: organizar o poder, tornando a República um sistema viável de governo. Fortificou-se a idéia de um pacto político que pudesse reunir as diversas facções, já que não havia uma unidade de classe (sob a forma de partido) em nível nacional. Isto é, pretendia-se reunir as oligarquias num arranjo que garantisse seu domínio local e sua influência no poder nacional. Continuou a predominar a justiça privada de políticos e poderosos, que nas cidades se utilizavam de capoeiras e capangas para a formação da chamada Guarda Negra. Afastava-se assim a possibilidade e a esperança de participação popular. Ora, este predomínio das oligarquias rurais só se tornou possível porque havia uma população urbana com interesses pouco definidos e

diferenciados, pouco mobilizada politicamente, socialmente heterogênea e organizada apenas na base de pequenos grupos. Este foi o caso de boa parte dos empresários da indústria, caudatários das elites cafeeiras do país.

Mas na medida em que esse mundo desmoronava, muitos eram aqueles que a ele se agarravam. Sabe-se que o carro-chefe da Revolução de 1930 foi uma cisão entre as principais oligarquias regionais, criando um bloco dissidente que reclamava maior participação nos esquemas decisórios, tudo temperado com o clima de insatisfações que abrangia as mais diversas camadas da sociedade: industriais, operários, classe média e militares, neste caso com a importante ação dos tenentes. Dentro deste bloco dissidente três regiões tiveram grande peso para os rumos que conduziram a 1930: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de certas regiões de menor expressão do Nordeste, como Paraíba e Pernambuco. Ora, com exceção talvez do Rio Grande do Sul, todas as demais regiões eram dominadas por interesses eminentemente agraristas.

Em muitas dessas regiões não apenas lutava-se para conservar a estrutura sócio-econômica do país, como para restaurar o prestígio perdido com a decadência econômica da época do açúcar. Apesar do mundo novo que se anunciava, a “força da tradição” era enorme. Era, pois, o brilho do passado – apesar de não estar tão distante assim – que guiava a participação destas oligarquias no bloco dissidente em relação à elite cafeeira.

Assim, nos últimos anos da década de vinte, com os tenentes marginalizados da política ou no exílio, e com a situação de desorganização e falta de autonomia das classes médias e populares, só havia uma alternativa à reformulação do sistema político dominante: oposição dos estados marginalizados no pacto. Para as eleições de março de 1930, São Paulo, não pretendendo abrir mão do controle direto do governo federal, propôs o nome de Júlio Prestes para presidente da República; isto significava uma quebra no esquema de revezamento entre São Paulo e Minas Gerais, pois a volta de um candidato mineiro seria o desenrolar normal do processo. Minas Gerais e Rio Grande do Sul fecharam então pelo lançamento de um candidato de oposição que era, no caso, Getúlio Vargas. Formou-se então a Aliança Liberal, à qual veio juntar-se mais tarde o Partido Democrático de São Paulo e outros estados. Embora tenha atraído a simpatia de grupos com as mais diferentes aspirações sociais, políticas e econômicas, a Aliança refletia, sobretudo, as aspirações das classes dominantes regionais não associadas aos interesses da cafeicultura paulista. Tentando agregar o máximo de simpatias, seu

programa apresentava múltiplas facetas: pregava a necessidade de se incentivar a produção em geral e não apenas a do café; combatia os esquemas de sua valorização; propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como aposentadoria, férias, regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças; defendia a liberdade individual e a anistia (adesão dos tenentes), bem como a reforma política (adesão do Partido Democrático). É possível que boa parte das elites agrárias tradicionais, particularmente as do Rio de Janeiro e Minas Gerais, tenha aderido à oposição na esperança de ver seus estados recuperados economicamente, o que significava amparo à grande lavoura, muito embora a campanha contra os esquemas de valorização do café tenha se tornado uma poderosa bandeira do grupo dissidente.

Contrariando as expectativas, as eleições de março de 1930 foram realizadas no estilo tradicional, ganhando o candidato da situação, o que fez aumentar ainda mais o descontentamento dos oposicionistas. Com a crise de 1929, que tendeu a se aprofundar nos primeiros meses de 1930, se complicou ainda mais a situação de poder da oligarquia paulista. Operou-se uma profunda diferenciação no interior da Aliança Liberal, passando a dominar uma camada mais jovem, particularmente mineira e riograndense, de influência tenentista e que pretendia uma solução mais radical através das armas. Articulou-se então uma conspiração entre março e outubro de 1930, que contou com a adesão do Exército em praticamente todas as regiões. A euforia em torno da solução autoritária de 1930, em resposta à situação de atraso do país, era generalizada; acreditava-se que era enfim uma recuperação do tempo perdido. Ainda que tardiamente, o Brasil entraria na era da modernidade e do progresso. Para muitos, ela ainda podia ser uma possibilidade de retorno à era dos barões.

Talvez quem tenha melhor representado este mundo a desmoronar, pleno em contradições, foi Júlio Bello, em suas **Memórias de um senhor de engenho**, escritas entre 1930 e 1935. Originalmente publicadas sob a forma de crônicas no **A Província** – jornal dirigido em Recife por seu amigo Gilberto Freyre –, somente em 1938 ganhou a forma de livro. É interessante notar que o livro foi muito bem aceito pela crítica da época e que poucos anos depois a primeira edição se encontrava esgotada. E por incentivo do próprio Freyre, em 1948 ele ganharia uma nova edição, consagrada pelo autor à memória de seu amigo, senhor de engenho como ele, Estácio Coimbra.

Júlio Bello foi “um autêntico senhor de engenho pernambucano, que ainda alcançou o tempo da escravidão e os dias de glória dos bangüês, dos pastoris e dos

cabriolets”³, diz Freyre. Homem que nunca se acomodou a outra vida “senão à de plantar cana em Queimadas”, apesar de ter exercido atividades as mais diversas: jornalista, deputado, senador, governador interino. Suas gordas raízes estavam bem fundas na terra. E foi sempre saudoso do engenho, onde quer que estivesse; “saudoso principalmente da velha casa-grande onde menino pequeno brincou com os moleques na calçada da frente, vestido de sunga-nenê”.⁴

Tamanha era sua veneração por este mundo, que “nem mesmo as águas da Guanabara, tão bonitas, conseguiram ter para os seus olhos de senhor de engenho sentimental a doçura das do Persinunga”⁵, rio de sua infância, no qual tantas vezes se banhava, como autêntico menino de engenho. Espírito dos mais provincianos que havia, tradicionalista em todo seu ser, vivia ainda no tempo do bangüê, a quem as modernas usinas não seduziram.

O escritor José Lins do Rego emocionou-se ao falar destas memórias que tinham o movimento de um “romance de aventura”. Segundo ele, podia-se lê-lo “do começo ao fim como se alguém nos estivesse contando uma história dos antigos, uma história que muitas vezes nos comove até às lágrimas”.⁶

É extremamente significativo o fato de que a paisagem da Zona da Mata típica, tradicional região açucareira do Nordeste, seja o elemento mobilizador de suas memórias. No prefácio da primeira edição, quando fala da sua falta de método na organização das recordações mais importantes, diz o senhor de engenho: “Visitando um serviço no campo, acudia-me despertado por uma árvore, uma curva do rio, a visão especial de um trecho de mata, uma lembrança do passado: consignava-a na carteira para desenvolvê-la em casa. Às vezes mesmo montado a cavalo, vendo a lavoura, escrevia a lápis uma página inteira e copiava-a depois”.⁷ Este o mundo que desmoronava aos seus olhos, para recompor-se depois sob a forma de reminiscência.

Toda evocação de suas memórias corresponde, em grande medida, à imagem de um Brasil autêntico, o Brasil rural, patriarcal, aristocrático, com sua paisagem

³ FREYRE, Gilberto. “Prefácio”. In: BELLO, Júlio. **Memórias de um senhor de engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 13-14

⁴ Ibid.

⁵ Ibid., p. 15.

⁶ REGO, José Lins do. Prefácio. In: BELLO, Júlio. **Memórias de um senhor de engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 21.

⁷ BELLO, Júlio. **Memórias de um senhor de engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 12.

característica; em contraposição a um Brasil inautêntico, urbano, industrial, cujo símbolo máximo começava a invadir também o campo, a usina, em substituição ao bangüê tradicional. Desde a descrição pitoresca de um “grande gameleiro”, “coevo da época em que a terra do Brasil não sofrera ainda a violação do utilitarismo civilizado”, até o saudosismo dos sambas de sábado, que, altas horas da noite, ecoavam pela mata, traduzindo a “alegria das senzalas”, tudo parecia mais brasileiro⁸.

Apesar do realismo das descrições minuciosas do modo vida tradicional de Queimadas, o romantismo é quem dá o tom e a linguagem⁹. São evocações dos tempos de “menino de engenho”, a quem eram dados “todos os prazeres do campo: a pesca, a caça, a procura dos frutos silvestres, as festas do povo”. E entre todas essas amenidades pastoris, tinham especial destaque os passeios ao ar livre: “O simples passeio na mata constituía para mim o maior prazer, uma verdadeira paixão que jamais me abandonou”.¹⁰ Nem mesmo o desejo ardente de reencantamento do mundo, tão próprio aos românticos, lhe faltava neste enleio pastoril: “Dir-se-ia que os gnomos da terra e os silfos do espaço se aninham nas galhadas da grande árvore”.¹¹

A nostalgia de Júlio Bello reflete precisamente o conflito entre esses dois mundos de que se tem falado aqui, um que se esboroa como terra seca, outro que insiste em ramificar-se como planta: “Isso, afinal, são coisas do passado” dirá angustiado nosso memorialista. “O próprio senhor de engenho, hoje, é uma figura quase anacrônica. Não é mais também que uma sombra, que a industrialização das terras vai apagando rapidamente”.¹² O inverno parecia chegar ao fim. Talvez não tão depressa como devia ou se pretendia.

GILBERTO FREYRE E SUA “ECOLOGIA PROFUNDA” DO BRASIL

Mas a maior expressão desse mundo a desmoronar, ou melhor, desse descompasso entre duas temporalidades que se estranham, a da antiga aristocracia do

⁸ BELLO, Júlio. **Memórias de um senhor de engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 185; 198.

⁹ Para a discussão do conceito de romantismo ver LÖWY, Michel. **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

¹⁰ BELLO, 1948, op. cit., p. 196.

¹¹ Ibid., p. 201.

¹² Ibid., p. 219.

açúcar e a da “moderna burguesia” industrial e urbana, foi certa visão do Brasil que se construiu a partir de elementos conflitantes existentes em sua formação, bem como a busca desesperada por harmonizá-los. A sua expressão mais acabada parece fornecer-nos o livro **Casa-Grande e senzala**, de Gilberto Freyre, publicado pela primeira vez em 1933¹³.

Segundo Freyre, a formação social brasileira originou-se de extremos antagonismos: índios e europeus; europeus e africanos; bacharel e analfabeto; senhor e escravo; homem e mata... Foram duas as condições ou circunstâncias que permitiram tranquilizar tais antagonismos, favorecendo a conquista portuguesa em terras tropicais: a aclimatabilidade e a miscibilidade.

À época de Freyre, fim dos anos vinte e início dos anos trinta, eram duas as explicações para o atraso brasileiro. Uma destacava como fator determinante a degeneração racial, oriunda da miscigenação entre negros, índios e brancos. Com um povo desses, dizia-se então, a nação era inviável. A outra colocava toda força no fator climático. Os trópicos pesavam demais sobre os ombros, afrouxando não só a organização do trabalho, mas a própria moral.

Praticamente todos os críticos da obra de Freyre têm centrado suas análises no fato de o autor de **Casa-Grande e senzala** ter priorizado o fator cultural em detrimento da raça e do clima. Mas o que não tem sido salientado é a positivação do fator mesológico em sua obra. “Embora o clima já ninguém o considere o senhor todo-poderoso de antigamente”, adverte Freyre, “é impossível negar-lhe a influência que exerce na formação e no desenvolvimento das sociedades”.¹⁴

Depois, outro aspecto que tem passado despercebido à crítica da obra freyreana é que quando o autor de **Casa-Grande e senzala** fala em ambiente, está referindo-se tanto ao ambiente social quanto natural, às vezes sem distinção de importância. O próprio termo aclimatar supõe que o clima não determina sozinho o modo de vida, uma vez que o português tem uma capacidade grande de adaptação a ele. Mas aclimatar supõe também que ao invés de modificar o ambiente às nossas necessidades, nós é que nos adaptamos a ele. Isto é, o português, à época do descobrimento, não pôde reproduzir

¹³ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

¹⁴ Ibid., p. 37.

aqui a sua vida tal como era na Europa. “Tudo era aqui desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra”, acrescenta o autor.¹⁵

Em outras palavras, embora o português viesse encontrar na América tropical uma terra de vida aparentemente fácil, encontrou enormes dificuldades. Desde “as formas perniciosas de vida vegetal e animal, inimigas de toda cultura agrícola organizada e de todo trabalho regular e sistemático”, até o “gentio brabo”.

Mas apesar de toda força dispersiva, o ambiente também contribuiu para unir a nação. Desde a independência política do país, uma pergunta não parava de inquietar aqueles que se imbuíram da tarefa de pensar o Brasil: por que, a exemplo das ex-colônias espanholas, o Brasil não se dividiu em várias repúblicas? Entre os cimentos que ajudaram a manter coesa a jovem “nação”, não há dúvida que para Freyre o ambiente natural tem um lugar todo especial:

As condições físicas não agiram senão fracamente no sentido separatista, através de diferenças, consideráveis porém não dominadoras, de clima e de qualidade física e química de solo; de sistema de alimentação e de forma de cultura agrícola. Pode-se antes afirmar que tais condições concorreram no Brasil para que as colônias se conservassem unidas e dentro do parentesco, da solidariedade assegurada pelas tendências e pelos processos da colonização portuguesa: regionalista mas não separatista; unionista no melhor sentido¹⁶.



Em sendo assim, apesar das condições adversas, e graças em grande medida ao ambiente natural, o português conseguiu criar uma civilização em moldes nacionais. E isto por si só seria indicativo de seu valor como povo. “Tivessem sido aquelas condições as fáceis e doces de que falam os panegiristas de nossa natureza”, acrescenta o autor, “e teriam razão os sociólogos e economistas em concluírem pela superioridade do colonizador louro sobre o moreno”.¹⁷ Note-se que para ele os portugueses são mestiços de origem, por meio de sua ligação com os árabes e o norte da África, antes da vinda para o Brasil.

A base desta civilização criada pelos portugueses nos trópicos, a “civilização do açúcar”, como vai ser chamada depois, foi a grande família patriarcal rural e escravocrata. Congregava em si uma enorme variedade de funções econômicas, sociais

¹⁵ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, p. 43.

¹⁶ Ibid., p. 58

¹⁷ Ibid., p. 175.

e políticas: produção, mando político, justiça, casamento, entre outras. Este modelo de civilização, segundo Freyre, “não foi espontâneo, mas de adoção, imposto pelas circunstâncias”. E dentre as circunstâncias “avultam imperiosas: as qualidades e as condições físicas da terra; as condições morais e materiais da vida e cultura de seus habitantes”. O meio, sempre o meio.

A bem da verdade, a própria miscigenação não é também outra coisa senão aclimatação às condições existentes. Ao invés de “dura e seca, rangendo do esforço de adaptar-se a condições inteiramente estranhas, a cultura européia se pôs em contato com a indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana”.¹⁸ Ela teria ajudado a formar o tipo brasileiro, “talvez o tipo ideal do homem moderno para os trópicos, europeu com sangue negro ou índio a avivar-lhe a energia”, ressalta Freyre. O impressionismo desta paisagem social pintada pelo escritor pernambucano criou também o mito de que foi o regime brasileiro “em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos”. Uma cultura intimista que fez supor virtual os extremos sociais.

A influência dos negros africanos teria sido decisiva neste sentido. Ao penetrar na Casa-Grande e no núcleo familiar, esta presença do negro na vida familiar brasileira criou uma ilusão de proximidade entre as classes sociais que dilaceravam a nação, senhores e escravos, primeiro, pobres e ricos, depois. Esta influência se deu em vários níveis da realidade social, mas é na forma de se tratarem entre si os brasileiros que ela foi mais expressiva, pois denota a forma ao mesmo tempo hierarquizada e intimista como se viam os membros da nação. “A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida”, diz Freyre. Tirou-lhes “as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino as sílabas moles”. E não foi só a língua infantil que se “abrandou desse jeito, mas a linguagem em geral, a fala séria, solene, da gente grande, toda ela sofreu no Brasil um amolecimento de resultados às vezes deliciosos para o ouvido”.¹⁹

Tem-se no Brasil dois modos de colocar pronomes, enquanto o português só admite um – “o modo duro e imperativo: diga-me, faça-me, espere-me” – o abrasileiramento da língua criou um novo: me diga, me faça, me espere. Para Freyre, “modo bom, doce, de pedido”, não de ordem. Faça-me, é o senhor falando; o pai; o

¹⁸ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, p. 192.

¹⁹ *Ibid.*, p. 212; 223.

patriarca; me dê, é o escravo, a mulher, o filho, a mucama. Senhor era tratamento usado tanto por escravos quanto por esposas e filhos: “Senhor meu marido” ou “Senhor meu pai”. Mas, por outro lado, o senhor tornou-se “sinhô”, “nhonhô” ou “ioiô”, do mesmo modo que negro se tornou “meu nego”, “minha nega”. Este modo de falar representaria fenômeno mais íntimo na alma dos brasileiros, ao supor uma proximidade que o fato da escravidão negava na prática. Isso fez supor a Freyre uma “doçura nas relações de senhores com escravos domésticos”, mesmo a apesar da violência flagrante deste cotidiano.

Sérgio Buarque de Holanda, em brilhante *insight*, buscou entender esta realidade profundamente contraditória a partir do tipo do homem cordial, que nasce da escravidão. O homem cordial não é o homem bom e cordato, conforme se tem confundido em diversas análises, mas aquele que age com o coração. Pode, por isso, ser tão bom aos seus ou aos que lhes obedecem, quanto perverso aos que lhe contrariam as vontades²⁰. Freyre enxerga os mesmos problemas, mas de forma positiva, quase folclórica. Uma espécie de marca de identidade do brasileiro.

No livro **Nordeste**, publicado em 1937²¹, reaparecem os antagonismos extremos, como elementos dinamizadores da formação social brasileira. Aqui também não é nítida a distinção entre paisagem natural e social; os animais e as plantas parecem participar intimamente da vida dos homens. Um “ensaio ecológico do Brasil”, como o próprio Freyre diz. Ensaio impressionista também, onde se busca “ver simplesmente”. Feito não só de cores fortes, mas também personagens marcantes, cujo protagonismo cabe à cana de açúcar. A fusão entre paisagem social e paisagem natural é tão profunda, que a natureza ganha vida, personifica-se. Não é mero cenário onde se desenrola a cena principal, mas personagem, foco de ação. Daí que os capítulos sejam: “A cana e a terra”, “A cana e a água”, “A cana e a mata”, “A cana e os animais”, “A cana e o homem”. É a cana o agente de toda a ação, ao longo de todo o ensaio. Mas ela é o anti-herói, o vilão da história. É a cana que esteriliza a terra. É a cana que seca os rios. É a cana que desmata. É a cana que mata os homens e os animais. “A monocultura, a escravidão e o latifúndio – mas principalmente a monocultura – aqui é que abriram na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais fundas”, diz o autor²².

²⁰ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

²¹ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Graal, 2004.

²² *Ibid.*, p. 80.

Apesar do tradicionalismo marcante, um dos *insights* mais interessantes deste livro de Freyre foi mostrar a relação entre homem e mundo natural de forma dialética. A forma de ocupação humana das áreas naturais provocou desequilíbrio ecológico, mas este, por sua vez, provocou desequilíbrio nas relações sociais:

Com a destruição das matas para a cana dominar sozinha, a natureza do Nordeste deixou de ser um todo harmonioso na sua interdependência para se desenvolverem relações de extrema ou exagerada subordinação: de umas pessoas a outras, de umas plantas a outras, de uns animais a outros; da massa inteira de vegetação à cana imperial e todo-poderosa; de toda a variedade de vida humana e animal ao pequeno grupo de homens brancos.²³

Foi desta relação desequilibrada que nasceu a arrogância do senhor de engenho. Arrogância de senhor para escravo, de marido para mulher, de pai para filho. Mas nasceu também o profundo desprezo pelo mundo natural circundante. “O brasileiro das terras de açúcar quase”, diz Freyre, “não sabe os nomes das árvores, das palmeiras, das plantas nativas da região em que vive”. A monocultura da cana separou-o da mata até “esse extremo de ignorância vergonhosa”. Isso explicaria também a opção na época de Freyre por espécies exóticas na arborização de cidades como Recife. Em outras palavras, a cana valorizou o canavial e tornou desprezível a mata, como fez com os homens e os animais. Aristocratizou o branco e degradou o negro e o índio. Aristocratizou o cavalo e degradou o boi ou o animal silvestre.

Apesar da lucidez de suas críticas, o livro é cheio de contradições. Pois se a cana foi tão destrutiva do meio, sem ela não haveria um Brasil possível. É ela, pois, a matriz de uma civilização, de uma brasilidade que se deseja ardentemente:

Sem o sistema latifundiário e escravocrata, teria sido talvez impossível a fundação de lavoura à européia nos trópicos, tão cheios de matas, e o desenvolvimento, aqui, de uma civilização a que não faltariam as qualidades e as virtudes das civilizações aristocráticas, ao lado das perversões sociais e dos defeitos econômicos e políticos.²⁴

Neste Nordeste a terra é tão boa e doce, tão nobre, que não regateia aos homens suas dádivas. “Nessas manchas de terras pegajentas”, os solos de massapé, foi possível fundar-se “a civilização moderna mais cheia de qualidades, de permanência e ao mesmo tempo de plasticidade que já se fundou nos trópicos”, diz o autor. A crítica que antes via na agricultura extensiva um extermínio da diversidade da vida e da qualidade das terras,

²³ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Graal, 2004, p. 84.

²⁴ Ibid.

amesquinha-se, até desaparecer por completo: “A riqueza do solo era profunda: as gerações de senhores de engenho podiam suceder-se no mesmo engenho; fortalecer-se; criar raízes em casas de pedra-e-cal”.²⁵

Ao fixar a cana e o homem, o massapé foi, para o autor, “a base física não simplesmente de uma economia ou de uma civilização regional, mas de uma nacionalidade inteira”. Essa “doçura” e essa “nobreza” do massapé teriam transbordado aos homens, “amaciando-lhes os costumes”, criando as “boas maneiras”, os “gestos suaves”. Influência profunda do meio sobre o homem, portanto.

Tanto quanto o solo, a água foi fundamental aos lineamentos principais desta civilização do açúcar. Não foi só o alimento da cana, para que crescesse vigorosa. Foi elemento formador de hábitos. A calma dos rios contribuiu muito às tarefas da “sedentariade e da fixação; aos deveres pachorrentos da antiga rotina agrícola”. Essa calma parece também explicar “certa temperança de atitudes e de gestos no pernambucano da área do açúcar”. O Banho de rio também criou no brasileiro um hábito bastante saudável, além de ser um modo de socialização.

O que é preciso observar aqui não é só os condicionamentos naturais da sociedade ou suas relações recíprocas, mas os lugares comuns de brasilidade, uma brasilidade tropical, exuberante, com homens e mulheres sensuais, tomando banhos de rio nus, como seus primeiros habitantes. Uma terra com características próprias, de hábitos doces e emolientes, que se funda nos ermos rurais do país. Este é o quadro da nacionalidade que se pretende e que todo escritor deve encontrar, se quer fazer literatura tipicamente nacional.

Mas se assim era naqueles tempos gordos dos engenhos de açúcar, o mesmo não acontece nos tempos da usina, tempos magros, de secas periódicas. Freyre chega a lamentar nostalgicamente, como o seu amigo Júlio Bello, o fato de que “as moças e os meninos já não tomam banho de rio: só de mar. Só os moleques e os cavalos se lavam hoje na água suja dos rios”. As modernas usinas despejam criminosamente seus dejetos nos rios, fazendo-os perder sua “dignidade”. “A água nobre é hoje a do mar”, conclui. Mesmo na nostalgia, é o lugar da brasilidade que se busca.

²⁵ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Graal, 2004, p. 48.

A BAGACEIRA, UM “ROMANCE ECOLÓGICO”

Este é o quadro que, em alguma medida, também vai ser encontrado em José Américo de Almeida, em seu romance **A bagaceira** (1988), “romance ecológico”, conforme nos diz Gilberto Freyre. Mas esta epígrafe do título também pode ser entendida como um indicativo de brasilidade do romance nacional, desde o romantismo. “Romance brasileiro”, diz um crítico, “não pode fugir à paisagem”. Mais que isso, nele a paisagem “tem direito a ser personagem”. Como no ensaio de Freyre, há em **A bagaceira** profunda integração entre paisagem e homem.

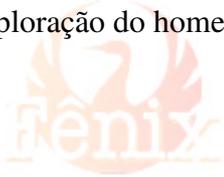
Neste sentido, é difícil separar o ambiente onde se desenrola a história – cheio de exuberâncias tropicais, cores fortes e abundantes, símbolos ardentes, mas também paisagens desérticas – dos personagens que nele se movem. Animais e plantas são personificados. Pegali, o cão de “olhos nostálgicos” que “ria com o rabo” está intimamente ligado à vida emotiva dos retirantes, compondo algumas das páginas mais vivas do romance. Corisco, o cavalo que, ao gemer, “irmanava pela dor suprema à condição humana”, é personagem marcante em várias cenas. Por seu lado, as matas pareciam multidões humanas: “Árvores deitadas sobre árvores. Deformidade de corpos humanos. Plantas corcundas com as copas no chão. Cipós enforcando troncos veneráveis”. Ao passo que os homens pareciam reminiscências naturais ancestrais: os trabalhadores da fazenda, após um dia de fadigas, “deitados, semelhavam torrões da terra preta”, imóveis como “troncos mortos”. Já os retirantes eram como gados que, “tirados do pasto, morrem de tristeza” ou como a “árvore adulta que, arrancada pela raiz, não pega mais”. E as retiradas provocadas pelas secas são comparadas a “migrações periódicas”, como a das aves de arribação.

Dagoberto Marçau, velho senhor de engenho da fazenda Marzagão, é tão árido quanto a paisagem da seca. “Não há deserto maior que uma casa deserta”, assevera o narrador. Mas também tão arrogante quanto a monocultura da cana, que avança imperiosa sobre tudo o mais. No início do romance, ele observa impassível de sua janela o espetáculo dos retirantes de 1898. E tanto quanto à humana, era ele indiferente à paisagem natural. “Sem a percepção da paisagem, com a sensibilidade obtusa e entorpecida aos primores da natureza”, levava ele seus dias “entre trabalheiras e ócios”.

Dagoberto, como típico senhor de engenho, amancebou-se com uma retirante da seca de 1877. Deste romance escuso nasceu seu filho Lúcio. Personagem cheio de

contradições, abrigava “duas almas num só corpo”, conforme o título do capítulo que o descreve. É filho do senhor de engenho, mas identifica-se com os retirantes, devido a suas raízes maternas; é filho de um homem bronco, mas estudou na cidade. Diferentemente de Dagoberto também, Lúcio não era alheio à paisagem natural. “Costumava espairecer, horas a fio” no meio da mata virgem. E se Dagoberto era “vegetação rasteira do engenho, sem amor nenhum à terra”, Lúcio, como os retirantes, tinha “raízes fincadas no sertão”. Percebe-se nesta comparação certa valorização do sertanejo, que apesar das dificuldades do meio, tem várias qualidades humanas.

Lúcio era homem “estudado”, mentalidade esclarecida, progressista. Frente à aridez dos métodos tradicionais de cultivo, levados à cabo por seu velho pai e que esterelizavam as terras, “Lúcio insistia pela introdução da técnica agrícola”. Ele tinha a “sensibilidade da terra”. Chegava a calcular “como essa vitalidade poderia ser produtiva”. E via a “índole de progresso do latifúndio coartada pelos vícios de seu aproveitamento”. Chegava mesmo a apiedar-se “da gleba sofredora levada a ferro e fogo: a enxada e a coivara”. Assim, não distingue entre exploração da natureza e exploração do homem:



Lúcio quando não se refugia no seu quarto, está fora de casa, para evitar os atritos. Na solidão, recorda a infância, encontra nas árvores imagens dos conflitos humanos e, principalmente, da exploração do homem pelo homem na estrutura social do engenho: cipós enforcadores, árvores corcundas, arbustos que precisam de sombra protetora; entretanto, um vegetal franzino insurgia-se contra a obscuridade e se insinuava.²⁶

O mesmo conflito que via na sociedade, via na natureza que se tentava domar. Mas ambos prefiguravam também seus próprios conflitos internos. Enquanto observava o espetáculo miserável dos retirantes e a confusão de plantas na mata virgem ao redor, lembrava, com remorso, de suas maldades de criança, quando maltratava os animais da fazenda. Mas ao mesmo tempo, lembrava com saudade de sua infância de moleque de engenho, “livre”, “arteiro”.

Dagoberto e Lúcio disputam o amor de Sol(idade), esse “exemplar de virgem matuta que não tinha termo de comparação com a beleza citadina”. Criada, “sem brincos de menina, nos folguedos dos irmãos mais velhos”, contraíra os mesmos “hábitos de liberdade e de audácia rústica [...] vagueando por vales e grotões, com uma

²⁶ ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988, p. 52.

vivacidade de passarinho indoméstico”. Era a própria encarnação do “amor roceiro”, característico do interior do Brasil. Em uma das cenas mais tropicais, Soledade, assustada com a presença de Dagoberto a espiá-la em cima de um cajueiro, “soltou-se do galho em que estava, caindo na folhada, como um fruto gostoso”.

O encontro inicial entre Lúcio e Soledade tem como moldura um cenário também tropical: próximo à casa-grande, entre a cachoeira e “árvores familiares”, como o “cajueiro florido”, o “cafezal aromático”, a “laranjeira moça”. Para completar, “as borboletas beijavam-se nos estalidos da revoada, como se um pé-de-vento tivesse despetalado o campo florido, levantando essa doida policromia”.

No segundo encontro dos dois também abundam os *topoi* de brasilidade dessa literatura regionalista: o cenário tropical, tendo como testemunha “apenas a natureza inocente” e o “pudor do ermo”. Lúcio parecia tão revertido a esse estado natural “que tinha venetas de espojar-se na relva, sujar-se de frutas machucadas, beber o orvalho em folhas”. Nem falta a cena clássica das lavadeiras que se “acocoravam arregaçadas até as coxas, mas com as saias tão bem traçadas, que nem de cócoras estavam descompostas”, parecendo mais “uma vegetação multicolor”. Tão pouco aquela em que Soledade pára no pomar para colher uma laranja “com um gesto desastrado de Eva” ou então quando ia “à noitinha banhar-se no rio”.

Mas apesar do ambiente afrodisíaco, a instilar uma sensualidade animal, em que Lúcio seguia Soledade “como a marruá acompanha as vacas solteiras”, nosso herói “nutria um amor sem carnalidades, um idílio naturista, com o sabor acre de fruta de vez”. O amor entre eles obedecia uma poderosa “lei natural”, conforme o título do capítulo que descreve o encontro. Expressão de um Brasil autêntico, “brasileiro com mulheres nuas no mato”.

Além da natureza exuberante, outro lugar comum que podemos encontrar no livro, tal como em Freyre, é o de uma natureza que não regateava suas dádivas aos homens: “Lúcio reconciliava-se com a terra feracíssima, isenta de todos os obstáculos do trabalho: de nuvens de gafanhotos, tufões, geadas, secas, terremotos [...]” Interessante neste caso é que estas pinturas impressionistas da exuberância brasileira contrastam com as descrições do sertão do qual os sertanejos fogem, onde “a capoeira esquelética levantava os garranchos, como dedos crispados”. Esta contradição, que se mostra em todo o plano da obra, entre duas realidades, uma rica outra miserável, não chega a prejudicar a unidade que se quer do Brasil. Se nas suas fíbricas é possível ver

dois brasis, na sua aparência há uma só brasilidade. Mais uma vez, trata-se aqui de expressão daquele mundo a desmoronar do qual se tem falado.

O ápice dramático estabelece-se quando o pai de Soledade desconfia que ela havia sido desonrada por outro homem. Desconfia do capanga da fazenda Ma(nuel) e resolve assassiná-lo. A esta altura, Lúcio comunica duas coisas ao pai: que ia ser advogado de Valentim e ia casar-se com Soledade. Dagoberto revela-lhe então que ele não poderia casar-se com Soledade, pois ela era sua amante. Lúcio fica então revoltado: “É por isso que o senhor tem medo do assassino... Porque sabe que minha gente não perdoa essas afrontas”. Mas revolta-se também com Soledade. Quando Valentim descobre tudo, quer matar o senhor de engenho, que foge da fazenda. Até que é morto por Pirunga, afilhado e companheiro de eito de Valentim, mas também pretendente à mão de Soledade. Apesar do amor por Lúcio, a lealdade ao senhor de engenho fala mais alto e ela revolta-se contra esse amor e foge também da fazenda.

O capítulo intitulado “festa da ressurreição”, inicia-se com uma forte chuva, quando “a gleba convalescente recompunha-se num abrir e fechar de olhos”. “Tudo se transformava com a intervenção da primeira chuva”. Símbolo de uma transformação mais profunda, que era a queda do senhor de engenho e a ascensão de Lúcio à direção da fazenda. Após essa transformação profunda, “só pelo nome se reconhecia o antigo Marzagão”. Com o novo senhor de engenho, mais progressista, “desaparecera o borrão das queimadas na verdura perene. A capoeira imprestável dera lugar à opulência dos campos cultivados”. Esse novo “oásis” representava “um molde de prosperidade, um modelo de técnica agrícola, o núcleo eficiente contrastando com a organização primitiva”. Diferentemente de Dagoberto, Lúcio era também um “bom patrão”: “Já não pareciam condenados a trabalhos forçados: assimilavam o interesse da produção. E o senhor de engenho premiava-lhes as iniciativas adquirindo-lhes os produtos a bom preço”.

Este fim da história tem dois movimentos, o fim do romance com Soledade e a subida de Lúcio à direção do engenho. Ambos têm um mesmo significado: vitória da razão sobre a paixão, do tempo novo sobre o tempo velho, do futuro sobre o passado. Antes a natureza inspirava romantismo. Com isso, ele até era sensível ao problema dos retirantes, mas nada fazia por eles. O símbolo desta mudança foi a decepção amorosa. Agora: “Ele modificava o antigo panteísmo. Criava a beleza útil. Só achava encanto na paisagem das grandes culturas. A natureza bruta era infecunda e inestética”.

Mas isso trouxe tristeza: “Quando o Marzagão começou a ser feliz, passou a ser triste. A alegria civiliza-se. Já não era o povo risão dos sambas bárbaros”. E não foi só a tristeza que as mudanças trouxeram, mas também o ócio, a desvalorização do trabalho. Um dia ocorreu um incêndio no canavial. “Urgia extingui-lo ou impedir-lhe a marcha com aceiros. Só Pirunga e Xinane se arrojaram à empresa. Os que aprendiam a ler na escola rural achavam indigna a labuta agrícola”. A decepção do criador com sua criação está em toda a parte, bem como a nostalgia dos tempos d’antanho.

Aqui, mais uma vez mostra-se uma tensão crítica entre o herói e o seu mundo, entre o romance e a totalidade social de uma época. Neste sentido, como disse um crítico, o herói opõe-se e resiste às pressões da paisagem natural e social. Mas ao mesmo tempo, as personagens são tratadas pelo romancista em seu nexos dinâmico com esta paisagem. Daí aquele amalgamento de que se falou anteriormente, entre as duas paisagens e entre elas e as personagens.

Mas assim como os personagens, a temporalidade do romance se funde na paisagem. A história termina como começou, como o ciclo interminável das secas. Como em 1898, em 1915 os retirantes desfilam seus cadáveres ambulantes sob a janela de Lúcio. Mas diferentemente de Dagoberto, aquele “sentia gritar-lhe no sangue a solidariedade instintiva da raça”. Seu olhar da janela é diferente, porque sua alma é diferente. Sua casa não é deserta. E logo tratou de organizar a assistência aos mais necessitados.

Soledade reaparece junto aos retirantes, mas “não conservava, sequer, aquele acento de beleza murcha da primeira aparição romântica”. Ela tinha ficado grávida de Dagoberto e trazia consigo o filho. “Lúcio compreendeu como a beleza era pérfida”. Lúcio resolve então admitir na fazenda mãe e filho. Mas os trabalhadores da fazenda protestam. Lúcio então diz: “A vossa submissão era filha da ignorância e da miséria. Eu vos dei uma consciência e um braço forte para que pudésseis ser livres. Relanceou a vista pela paisagem do trabalho organizado. Só a terra era dócil e fiel. Só havia ordem nessa nova face da natureza educada por sua sensibilidade construtiva. E recolheu-se com um travo de criador desiludido”. Isto é, ele se frustra no fim com o que criou: natureza cultivada, homens livres e conscientes, etc. É o dilema próprio da época.

Alguns críticos têm apontado para o fato de que Lúcio representa a consciência do próprio autor. Daí que a metáfora do corpo com duas almas, uma ligada ao engenho de sua infância, de suas memórias, outra ao moço que estudou na cidade e viu de longe

as contradições do sistema social dos antigos engenhos. Lúcio, mais humano, esclarecido, voz do próprio autor, seria a forma encontrada por ele para expressar suas impressões e opiniões sobre os graves problemas sociais do Nordeste. Em entrevista concedida a Homero Senna (1996)²⁷, José Américo de Almeida revela que por essa época não levava a sério a ficção. Só teria escrito **A bagaceira** como meio de transmitir, “de forma mais atraente e acessível”, “impressões” que escritas de outra maneira, como ensaio, por exemplo, perderiam o poder comunicativo, ficando limitadas a um círculo restrito de leitores.

Mas não foi apenas na crítica social que José Américo deixou vaziar-se através de Lúcio, como também na saudade da vida dos antigos engenhos: o banho de rio, a natureza exuberante, etc. Na mesma entrevista citada ele revela o choque que representou a sua transferência, aos sete anos de idade, do engenho em que foi criado para a casa do tio, em Recife. E ao ser perguntado que vida preferia levar, ele responde, de forma nada surpreendente:



Preferiria morar no interior, especialmente numa serra da Paraíba. Agora só me resta na vida uma aspiração, que parece mais difícil do que tudo: ter um refúgio no campo, para viver na intimidade do mundo da minha infância e poder concluir os meus livros, contando que pudesse rever de onde em onde a cidade, para não ficar ainda mais caipira do que sou.²⁸

Impossível não ver nesta declaração final o dilema da intelectualidade dos anos vinte e trinta no Brasil, dividida entre o campo e a cidade. Ao mesmo tempo que Lúcio é o reformador de idéias, homem da cidade cosmopolita, é uma consciência que sofre pela perda de valores autênticos. Ao mesmo tempo em que fala da decadência da sociedade patriarcal que se desenvolve ao redor do engenho, elege-a como símbolo de brasilidade, símbolo de um Brasil de seus tempos de criança, em certa medida melhor que o Brasil “moderno” que parecia surgir após longa invernada. Impossível não ver também a atmosfera própria às **Memórias de um senhor de engenho**, de Júlio Bello.

²⁷ A primeira edição deste livro é de 1946. Mas as entrevistas foram originalmente publicadas em vários órgãos da imprensa brasileira no início dos anos quarenta. SENNA, Homero. **A república das letras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

²⁸ ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988, p. 72.